

AGROPECUÁRIA

O Estado do Espírito Santo tem um relevo em sua maior parte montanhoso e só foi efetivamente povoado no século XIX, graças à expansão da lavoura de café, que se consolidou como sua principal cultura. Diferentemente da cafeicultura paulista, que desenvolveu relações de trabalho baseadas predominantemente no assalariamento e na grande propriedade, a cafeicultura do Espírito Santo baseou-se no trabalho de meeiros, parceiros e arrendatários e de pequenos proprietários.

Essa situação manteve-se até a década de 60, quando a política de erradicação de cafezais trouxe significativas transformações à economia agrária local. Nesse período, houve forte expansão da pecuária, que se tornou a atividade principal, e um forte êxodo rural. Na década de 70, ocorreu uma retomada do café, que, cultivado em moldes modernos, readquiriu sua importância, ao lado da pecuária bovina leiteira.

Outras culturas assumiram também uma maior importância, tais como a heveicultura, o mamão, o coco, a cana-de-açúcar, o abacaxi e o tomate. Todas essas lavouras destinam-se não só ao abastecimento local, mas também a mercados urbanos de outros estados – sobretudo o Rio de Janeiro – e a exportação. Também tem importância no Estado matas plantadas, principalmente o eucalipto, para extração de madeira para papel e celulose.

O relevo predominantemente montanhoso do Espírito Santo produziu uma grande diversidade de ambientes em seu território. A temperatura é fria na região Central-Serrana, onde predominam a olericultura e a fruticultura, é amena nas regiões de transição da região Serrana para o Norte e para o Sul, onde predomina a cultura do café arábica, e quente nas demais regiões, nas quais são predominantes a cultura do café robusta e a pecuária bovina. A umidade varia de seca, na maior parte do Estado, a úmida nas regiões Central-Serrana, na região Metropolitana e parte da região Sul onde existe a produção de banana e abacaxi, e na região Litoral Norte, onde se localiza a produção frutícola voltada para exportação. No delta do rio Doce localiza-se a produção cacauera do Estado, a única região que combina terras planas e férteis, temperatura quente e elevada umidade.

No uso da terra no Espírito Santo, destaca-se a elevada participação das pastagens, que correspondem a 52,2% da área total dos estabelecimentos. A cafeicultura participa com 12,5% e as matas naturais correspondem a 10,7% da área total.

Tabela 116
Utilização das Terras
Estado do Espírito Santo
1995

Categorias	Área (ha)
Número de estabelecimentos	73.288
Área em estabelecimentos	3.488.726
Área aberta	2.204.522
Área em lavouras permanentes	635.077
Área em lavouras temporárias	193.445
Pastagens plantadas	1.058.431
Matas plantadas	172.735
Área em descanso	52.585
Área produtiva, mas não usada	92.249
Pastagens naturais	762.638
Matas naturais	371.862
Terras inaproveitáveis	149.955

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

A cafeicultura, que foi a base da colonização do Estado, continua mostrando crescimento de área plantada e mantém sua importância na agropecuária do Espírito Santo, que é o segundo produtor de café do país e o primeiro de café robusta (*conillon*). Segundo dados da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo (Faes), a safra de 1999 foi de aproximadamente 6 milhões de sacas, produzidas por 56.169 estabelecimentos de praticamente todos os municípios do Estado, que empregaram cerca de 260 mil trabalhadores.

Dados do Grupo de Informação e Análise (GIA) da Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo (Seag), informam que a cafeicultura ocupou uma área de 550 mil ha, das quais 500 mil ha estão em produção em 1998. No mesmo ano, a cafeicultura representou 39% do total do valor bruto da produção agropecuária do Estado, correspondendo a 520 milhões de reais. A segunda atividade, em termos da participação no valor bruto da produção agropecuária foi a fruticultura, com 16%, correspondendo a 212 milhões de reais. As demais atividades foram a pecuária bovina, com 15%, outras atividades, com 9%, aves e suínos, com 8%, olericultura, com 7%, e silvicultura, com 6%.

Tabela 117
Produção, Área Colhida e Rendimento Médio das Principais Lavouras
Estado do Espírito Santo
1995

Lavouras	Produção (t)	Área colhida (ha)	Rendimento (kg/ha)
Arroz (em casca)	16.946	12.389	1.368
Cana-de-Açúcar	1 782.898	38.665	46.111
Feijão (1ª safra)	5.714	11.827	483
Mandioca	155.391	19.666	7.901
Milho	75.300	54.768	1.375
Tomate	53.633	3.161	16.967
Café (em coco)	665.728	437.143	1.522
Banana (1)	13.532	17.266	784
Laranja (2)	98.595	2.790	35.339

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

(1) Produção em 1 000 cachos; rendimento em cachos/hectare.

(2) Produção em 1 000 frutos; rendimento em frutos/hectare.

Em comparação com outros estados, a estrutura fundiária do Espírito Santo é peculiar, pois apresenta uma grande proporção, tanto do número como da área, em estabelecimentos nos grupos de área intermediários – de 10 a menos 100 ha e de 100 a menos de 1000 ha. No ano de 1985, o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de terras, atingiu 0,854 para o Brasil e apenas 0,656 para o Espírito Santo – um dos menores índices entre as unidades da federação naquele ano, indicando uma distribuição de terras menos concentrada. Em 1995, os estabelecimentos com mais de mil hectares ocuparam somente 15,4% do total da área.

Tabela 118
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Grupos de
Área Total
Estado do Espírito Santo
1995

Grupos de área total	Proporção do número dos estabelecimentos (%)	Proporção da área dos estabelecimentos (%)
Menos de 10 ha	32,1	3,5
10 a menos de 100 ha	59,2	40,6
100 a menos de 1.000 ha	8,3	40,5
1.000 a menos de 10.000 ha	0,4	10,7
10.000 ha e mais	-	4,7

Total**100,0****100,0**

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

É interessante observar também as proporções dos grupos de responsáveis pela exploração agropecuária. Em 1995, chama a atenção a elevada proporção, tanto do número (90,1%) como da área dos estabelecimentos geridos por proprietários (81,3%). Nas outras categorias, destaca-se que os arrendatários e ocupantes foram responsáveis por 6,8% dos estabelecimentos no Espírito Santo, mas detinham apenas 2,4% da área total. Nota-se ainda que os estabelecimentos explorados por administrador ocuparam 16,3% da área, indicando um maior valor para a área média dos mesmos (que representavam apenas 3,1% do total estabelecimentos).

Tabela 119

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Condição do Responsável
Estado do Espírito Santo
1995

Condição do Responsável	Proporção do Número (%)	Proporção da Área (%)
Proprietário	90,1	81,3
Arrendatário	4,8	1,8
Ocupante	2,0	0,6
Administrador	3,1	16,3

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

No período 1985-95 houve uma redução no pessoal ocupado em atividades agrícolas nos estabelecimentos do Estado do Espírito Santo, que caiu de 399.033 pessoas para 351.461 pessoas. Essa queda foi conseqüência do declínio do segmento de lavouras temporárias, especialmente milho, feijão e arroz. No ano agrícola de 1995/96, 43.128 estabelecimentos do Espírito Santo (58,8% do total) foram explorados unicamente pelo responsável e por pessoas da família, envolvendo um total de 134.295 pessoas. Um pouco mais de 30 mil estabelecimentos declararam ter contratado mão-de-obra durante a safra. Esse grupo absorveu, no período, um total de 217.166 pessoas, entre o responsável e membros da família e trabalhadores permanentes ou temporários.

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 revelam que predomina no Espírito Santo uma agricultura de padrão tecnológico relativamente baixo. Em 1995, apenas 8.772 estabelecimentos (12% do total) tinham tratores, totalizando 10.995 unidades; 71,4% utilizaram fertilizantes, mas apenas 39,9%

declararam efetuar controle de pragas e doenças nas suas lavouras; 68,7% dos estabelecimentos efetuaram controle de doenças nos seus animais.

Quanto à assistência técnica, apenas 20,4% dos estabelecimentos do Estado do Espírito Santo recorreram a ela. Destes, 74,9% tiveram assistência técnica de fontes governamentais. Quase 15 mil estabelecimentos (20,1% do total) declararam usar técnicas de irrigação (por inundação, infiltração, aspersão ou semelhante) e a área irrigada compreendeu cerca de 11% do total da área em lavouras. Pouco mais de 56 mil estabelecimentos (77% do total) declararam estar ligados a alguma fonte de energia elétrica. Apenas 2.642 estabelecimentos do Espírito Santo (3,6% do total) declararam ter tomado recursos emprestados para o desenvolvimento de suas atividades.

Tabela 120
Efetivos da Pecuária
Estado do Espírito Santo
1996

Efetivos	Número de Cabeças
Bovinos	1.788.748
Suínos	266.238
Galinhas, galos, frangas e frangos	7.629.000

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

No que diz respeito à pecuária bovina, apesar do forte aumento das pastagens cultivadas acima registrado, foi bastante modesta a expansão do efetivo de bovinos entre os censos agropecuários de 1985 e 1995 (de 1.760 mil cabeças para 1.789 mil). Foi mais vigoroso, mas não espetacular, o incremento no efetivo de galináceos, que passou de 6,7 milhões para 7,6 milhões de aves. Tal evolução foi em decorrência da expansão do mercado representado pelos principais núcleos urbanos do Estado, mercado esse que também absorveu boa parte das 35,1 milhões de dúzias de ovos produzidas no ano agrícola de 1995/96.

A pecuária bovina do Espírito Santo é caracterizada por uma taxa de natalidade relativamente baixa, indicando um caráter extensivo e pouco produtivo. No período 1995/96, apenas 365 dos cerca de 36 mil estabelecimentos que criaram bovinos usaram inseminação artificial. A especialização em atividade de corte envolveu 17,4 mil estabelecimentos, e em atividade de produção de leite cerca de 16,5 mil estabelecimentos, enquanto

2,1 mil estabelecimentos declararam desenvolver tanto atividade de corte como produção de leite.

Em 1996, as atividades de pecuária bovina no Espírito Santo desenvolveram-se em estabelecimentos de todos os tamanhos, mas com concentração nos médios e grandes. Assim, dos 1,79 milhões de bovinos, 956,4 mil encontravam-se em estabelecimentos com mais de 100 ha. Entretanto, os estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha totalizaram quase 674 mil bovinos, a maioria provavelmente especializada na produção leiteira.

Alguns desenvolvimentos recentes têm produzido alterações no quadro geral da agropecuária do Estado do Espírito Santo. Ressalta-se a diversificação, principalmente em direção à fruticultura de exportação. No entanto, o elevado peso da atividade cafeeira na agropecuária capixaba tem levado analistas a propor uma estratégia de "diversificação com café", que envolveria a reestruturação da cafeicultura como base da proposta de diversificação agrícola.

O Espírito Santo apresenta vantagens comparativas em atividades como a produção de celulose, *pellets* e aço, nas atividades portuárias e na cafeicultura. Somente as três primeiras, no entanto, contam com planejamento de longo prazo, vultosos aportes de investimentos e estão nucleadas por grandes empresas privadas que atuam nesses setores. O esforço de implementação de um novo projeto de desenvolvimento do Estado deveria, portanto, concentrar-se no apoio às "atividades portuárias" num sentido amplo – consolidando o "corredor ferroviário-portuário centro-leste" e transformando Vitória na "Roterdã brasileira" – e na reestruturação da cafeicultura, que continua a ser a "espinha dorsal" da economia interiorana do Estado.

Segundo essa proposta, a reestruturação da cafeicultura deve prever a solução dos problemas de qualidade do café capixaba, o uso de técnicas sustentáveis de manejo e material genético melhorado com aumento da produção e diminuição da área plantada, possibilitando a diversificação também no nível das propriedades.¹

¹ NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas - Departamento de Economia da Ufes, Propostas de estratégias de interiorização do desenvolvimento e descentralização de investimentos no Espírito Santo.

A produção de café arábica é realizada em áreas com altitude superior a 400m, geralmente ao sul do rio Doce, e corresponde a 38% da área total de café do Estado. O café robusta (*conillon*) é cultivado em altitudes inferiores a 400m, geralmente ao norte do rio Doce, com 62% da área total de café do Espírito Santo. A produção de café arábica, da variedade catuaí, corresponde a cerca de metade da produção de café *conillon*.

A safra de café *conillon* ocorre de abril a julho, e a de café arábica, de julho a setembro, fato que contribui para a amenização da sazonalidade da demanda de mão-de-obra. Os trabalhadores temporários empregados na cafeicultura do Espírito Santo são em geral pequenos agricultores procedentes do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A irrigação por gotejamento constitui a forma mais generalizada, e o uso de colheita mecanizada, assim como o plantio adensado, são ainda pouco significativos no Estado e ocorrem somente na área de café arábica.

A Seag tem implementado programas de "cafés de qualidade" na área de arábica, voltados à produção de cafés especiais. Foi criado um programa de padronização e certificação de origem, com um selo para o "café da serra do Espírito Santo" e com a implantação de quatro centros de classificação e degustação de café. Na região serrana existem também experiências de associativismo na produção de café orgânico, incentivadas pela Igreja Luterana e voltados para nichos de mercado dos países desenvolvidos.

Na região Sul, no município de Lúna, está havendo uma recente revitalização do associativismo, experiência esta que se desenvolveu à margem do sistema estadual de extensão, voltada à produção do café arábica de qualidade, conseguindo produção de café tipo 4 e exportação por meio do mercado solidário. A Federação das Associações de Cafeicultores da região de Lúna (Faci) congrega 32 associações de pequenos cafeicultores, que tem no café a atividade principal e quase exclusiva. A partir de uma utilização coletiva e bem planejada do investimentos em equipamentos de beneficiamento financiados pelo Pronaf tem conseguido resultados econômicos para os produtores.

Para a área de café *conillon*, o governo do Estado desenvolve um ambicioso programa de substituição da variedade comum por uma variedade melhorada chamada de "robustão", com alta resistência à seca, adequada à situação da maior parte dos cafeicultores da região Norte do Estado, que enfrentam problemas críticos de déficit hídrico. A Seag pretende implantar 410 jardins clonais da variedade "robustão", que servirão de fonte para multiplicação de mudas. Também está sendo desenvolvido um programa que visa recuperar a área de café *conillon* nas regiões de cota abaixo de 400m na região Sul.

Dados recentes da Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper) dão conta da importância que tem assumido a fruticultura no Estado. Essa atividade tem constituído a oportunidade mais concreta de diversificação na agricultura, atraindo capitais e expandindo sua área plantada sobre áreas de pastagens, principalmente. A fruticultura ocupa uma área total de aproximadamente 65 mil ha, dos quais 50 mil estão produzindo 808 mil toneladas de frutos/ano. É a segunda atividade em densidade de mão-de-obra – perdendo somente para a olericultura – gerando cerca de 30.000 empregos diretos (Seag).

As especializações regionais são mais evidentes para algumas frutíferas, a exemplo do coco e do mamão no Litoral Norte, do abacaxi no Litoral Sul, da banana nos municípios periféricos à Grande Vitória e áreas acidentadas da Metrópole Expandida Sul, abacate na região serrana, além do morango nos municípios de Domingos Martins e Venda Nova dos Imigrantes. As demais culturas estão dispersas entre os municípios do Estado.

Tabela 121
Produção, Área em Produção e Rendimento Médio das Principais Frutas
Cultivadas
Estado do Espírito Santo
1999

Culturas	Produção (t)	Área em produção (ha)	Rendimento (t/ha)
Banana	166.582	22.122	7,5
Coco	114.820	5.741	20,0
Mamão	338.593	5.942	56,9
Abacaxi	49.512	2.043	24,2
Laranja	32.000	2.680	11,8
Abacate	9.866	1.088	9,0

Noz-	500	648	0,7
Macadâmia			
Maracujá	22.216	1.230	18,0
Manga	9.000	600	15,0
Tangerina	13.180	659	20,0
Limão	11.200	540	20,8
Goiaba	4.800	320	15,0
Melancia	10.000	500	20,0
Morango	3.600	120	30,0

Fonte: Emcaper / LSPA / IBGE.

O fato mais recente a considerar, que ressalta a importância da fruticultura capixaba, é a liberação do mercado norte-americano para a exportação de mamão papaia do Espírito Santo, depois de já haver conquistado o mercado europeu. Ressalte-se que o Estado possui a maior área plantada de coco-anão (12 mil ha) e a segunda maior extensão nacional plantada de mamão (6 mil ha), atrás somente da Bahia. Por outro lado, constitui fonte de preocupação a redução da área plantada de banana e a perda de competitividade para outras zonas de produção, como o norte de Minas Gerais, com melhor produtividade e aparência do produto.

Quanto ao desenvolvimento da suinocultura, apesar de várias tentativas de expandir a atividade no Estado, especialmente na região Sul, nos municípios de Castelo e Cachoeiro do Itapemirim, o principal problema continua a ser o alto custo do milho para ração animal. Em função da necessidade de baixar o custo do frete, o suíno da região Sul do país é trazido no retorno dos caminhões, com preços muito competitivos, para frigoríficos capixabas, como o Frisa, por exemplo, de Colatina, tornando difíceis as condições para a suinocultura local.

Várias propostas estão sendo experimentadas, como um programa estadual de estímulo à produção de milho e o programa de substituição do milho por raspa de mandioca na ração animal. No entanto, o problema do alto custo da ração tem limitado o crescimento da atividade no Espírito Santo.

A avicultura, que também é limitada pelo alto custo da ração, concentra-se na região Central-Serrana e tem uma importante interface com a produção de hortaliças e frutas, em função da utilização do esterco na adubação dos canteiros. Devido a essas características, a região Central-Serrana tem sido o espaço privilegiado para o desenvolvimento de produtos orgânicos certificados.

Total	1.168	1.206	1.224	1.249	1.241	1.274	1.335	1,6 ***
Urbano	821	836	875	895	876	921	943	1,9 ***
Agrícola	68	63	56	60	65	55	64	-1,1
Não-agrícola	753	773	819	835	811	866	880	2,1 ***
Rural	347	370	349	354	365	353	391	3,1 **
Agrícola	275	313	277	284	276	286	305	0,2
Não-agrícola	72	56	72	70	90	67	86	3,5 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

A recuperação da cultura do café em algumas regiões e a expansão da olericultura, na região Serrana, e da fruticultura, no Litoral Norte, certamente contribuíram para o resultado favorável. No total do Estado, a PEA agrícola, isto é, a PEA ocupada nas atividades agrícolas saltou de 343 mil pessoas, em 1992, para 369 mil, em 1999. Houve uma pequena redução apenas para os residentes urbanos ocupados na agricultura (-1,1% ao ano, não significativa estatisticamente).

Os principais ramos de atividade na ocupação da PEA rural não-agrícola, em 1999, foram a prestação de serviços, com 22 mil pessoas (ou cerca de um quarto do total), e a indústria de transformação, com 18 mil pessoas. A seguir aparecem o comércio de mercadorias (13 mil pessoas ocupadas) e os serviços sociais (11 mil pessoas ocupadas), que responderam por aproximadamente um quarto do total de ocupações. Apesar do comportamento oscilante no período analisado, quase todos os ramos de atividade fecharam os anos 90 com maior número de pessoas ocupadas em relação ao ano de 1992, com exceção das outras atividades industriais.

Coerentemente com o que foi exposto acima, nota-se que os setores do emprego doméstico, pertencente ao ramo da prestação de serviços, e da indústria de transformação foram os maiores empregadores dos residentes rurais ocupados fora da agricultura. Em 1993, eles ocuparam 23 mil pessoas, aproximadamente um quarto do total.

Tabela 123
População Rural Ocupada (1), segundo Ramo de Atividade
Espírito Santo
1992-1999

Área e	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/9
--------	------	------	------	------	------	------	------	--------

Ramo de Atividades								9 % a.a.
Total	72	56	72	70	90	67	86	3,5 *
Indústria de Transformação	15	15	13	13	11	10	18	1,5
Indústria da Construção	5	4	8	-	8	6	9	-
Outras Atividades Industriais	5	4	4	-	6	8	4	-
Comércio de Mercadorias	8	6	10	13	10	6	13	5,2
Prestação de Serviços	20	12	18	28	36	19	22	6,6
Serviços Auxiliares	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte ou Comunicação	7	3	3	-	7	6	-	-
Serviços Sociais	9	9	10	6	11	6	11	0,3
Administração Pública	-	-	3	3	-	-	6	-
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Tabela 124
População Rural Ocupada (1), segundo Setor de Atividade
Espírito Santo
1992-1999

Área Setor de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	72	56	72	70	90	67	86	3,5 *
Emprego Doméstico	9	8	9	17	24	12	13	9,6 *
Indústria de Transformação	3	4	6	8	4	5	10	13,3 ***
Construção	5	4	8	-	8	6	9	-
Estab. de Ensino Público	7	9	8	5	8	5	9	-2,1
Restaurantes	5	-	-	6	4	-	6	-
Comércio Ambulante	-	-	4	6	-	-	5	-
Administração Municipal	-	-	-	3	-	-	5	-
Comércio de Alimentos	3	-	4	5	-	-	4	-
Pedras	-	4	3	-	5	6	-	-
Transporte de Carga	5	-	-	-	4	4	-	-
Indústria de Madeiras	-	3	-	-	-	-	-	-
Indústria de Alimentos	-	3	-	-	-	-	-	-
Subtotal	38	36	43	49	57	39	59	5,5 **

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Em seguida, podem ser citados dois grupos de setores: o primeiro, em uma situação intermediária na ocupação dos residentes rurais, é formado pela construção civil e pelos estabelecimentos de ensino público, que ocuparam, cada um, 9 mil pessoas em 1999; o segundo é formado pelos setores de restaurantes, comércio ambulante, administração municipal e comércio de alimentos, que, conjuntamente, ocuparam 20 mil pessoas (média de 5 mil pessoas para cada setor).

Vários dos setores que mais absorveram mão-de-obra no meio rural no período analisado demandam baixos níveis de qualificação profissional e de escolaridade (emprego doméstico, construção civil e comércio ambulante, por exemplo). No entanto, é preciso realçar alguns setores mais especializados, com demanda de mão-de-obra qualificada, como é o caso dos estabelecimentos de ensino público, restaurantes, indústria de transformação e administração municipal.

Tabela 125
População Rural Ocupada (1), segundo Ocupação Principal
Espírito Santo
1992-1999

Área e Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	72	56	72	70	90	67	86	3,5 *
Serviços Domésticos	7	7	8	13	20	10	12	10,9 **
Marmorista	-	-	-	4	3	-	7	-
Balconistas- Atendentes	-	-	-	4	-	3	5	-
Pedreiro	5	-	3	-	5	3	4	-
Prof. de Primeiro Grau	3	3	3	-	-	-	4	-
Motorista	6	3	-	-	6	4	4	-
Ajudante- Diversos	-	-	4	-	-	-	-	-
Copeiro-Balconista	3	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Conta- Própria	4	-	3	4	-	-	-	-
Ajudante de Pedreiro	-	-	4	-	3	3	-	-
Cozinheiro (Não Domést.)	-	-	3	-	3	-	-	-
Servente-Faxineiro	-	-	-	3	-	-	-	-
Operador de Mineração	-	3	-	-	5	4	-	-
Costureiro-Alfaiate	3	3	4	3	-	-	-	-
Ambulante	-	-	-	4	-	-	4	-
Subtotal	33	20	32	34	45	29	39	5,3

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

No litoral do Estado e na região serrana, principalmente, o turismo tem constituído importante alternativa de emprego e renda para os residentes rurais, pois abriu novas possibilidades de trabalho, especialmente ligadas à construção civil (pedreiros, ajudante de pedreiros) e à prestação de serviços e ao comércio (caseiro, faxineira, doméstica, além das ocupações em bares, restaurantes e pousadas, como é o caso dos balconistas-atendentes, copeiros, cozinheiros não-domésticos). O rendimento obtido com essas atividades não-agrícolas é, de maneira geral, superior ao adquirido na agricultura e tem permitido uma melhora nas condições de vida e a permanência da população no campo.

Como especificidade do Espírito Santo, podem ser citadas as profissões de marmoristas e operadores de mineração, dedicados principalmente às

atividades de exploração do granito, que é exportado para outros Estados, e até mesmo para o exterior, para ser industrializado e comercializado na forma de mármore para a construção civil. Em 1999, a ocupação de marmoristas foi a segunda mais importante para os residentes rurais, com 7 mil pessoas ocupadas, ficando atrás apenas dos serviços domésticos (12 mil pessoas ocupadas).

Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária Capixaba – Sensor Rural

As estimativas da demanda de mão-de-obra confirmam a importância da cultura do café para a economia e o emprego rural no Espírito Santo. Em 1999, essa atividade respondeu por 69% da área cultivada com as principais culturas (506,9 mil hectares) e por 85,2% do total de equivalentes-homens-ano (aproximadamente 282 mil EHA). Vale reforçar que nas estimativas estão incluídas as áreas do café arábica e do robusta (o Espírito Santo é o grande produtor nacional). Segundo informações da Faes, 56% das propriedades rurais do Estado têm o café como cultura principal ou secundária. Como foi salientado, o nível de mecanização é maior no arábica (e quase ausente no robusta) e o adensamento do cultivo é uma prática que está presente em apenas 5% da área cultivada no Estado. O trato cultural que mais está crescendo entre os agricultores do Estado é o uso da irrigação por gotejamento.

Devido ao clima e às altitudes, o café arábica está mais concentrado na região serrana, ao passo que o robusta (*conillon*) encontra-se mais espalhado pelo Estado. A produção do robusta é destinada, basicamente, para o mercado externo (cerca de 90% do total produzido), pois compõe todas as misturas (*blended*) nos principais cafés solúveis e expressos. Os 10% restantes ficam no mercado interno, tanto no Espírito Santo quanto em outros Estados.

A seguir, mas muito distantes do café, aparecem a cana-de-açúcar, com participação de 3,2% no total de EHA e 7,9% na área cultivada, sendo boa parte da produção destinada à fabricação de aguardente (segundo alguns entrevistados, o Espírito Santo conta com cerca de 160 alambiques, embora já tenha possuído quase 800 em períodos anteriores), e o cacau, com participações de 2,4% e 2,9%, respectivamente, cujo grande pólo produtor no Estado é o município de Linhares e região. Salienta-se que essa região não

tem problemas com a doença “vassoura de bruxa”, pois foram introduzidas variedades resistentes através de um programa de revitalização dos cacauais.

Tabela 126
 Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada segundo
 Principais Culturas
 Estado do Espírito Santo
 1998-99

Principais Culturas	EHA (1)		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
Total	327.969	331.294	100,0	732,3	735,8	100,0
Abacaxi	792	985	0,3	1,6	2,0	0,3
Alho	436	564	0,2	0,4	0,5	0,1
Arroz	1.140	933	0,3	9,9	8,1	1,1
Banana	5.448	5.309	1,6	22,7	22,1	3,0
Batata	285	311	0,1	0,6	0,6	0,1
Cacau	7.545	7.901	2,4	20,4	21,4	2,9
Café	278.452	282.211	85,2	501,1	507,9	69,0
Cana-de-Açúcar	10.164	10.480	3,2	56,4	58,5	7,9
Coco	632	766	0,2	4,7	5,7	0,8
Feijão	6.085	6.246	1,9	35,1	35,7	4,9
Laranja	1.231	1.231	0,4	2,7	2,7	0,4
Mandioca	6.583	5.644	1,7	17,5	15,0	2,0
Milho	7.625	7.136	2,2	56,3	52,6	7,2
Pimenta	1.279	1.314	0,4	1,3	1,3	0,2
Tomate	270	264	0,1	1,7	1,6	0,2

Fonte: Fundação Seade.

(1) EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Ainda podem ser destacadas as culturas de feijão, mandioca e milho, cujas participações na demanda de mão-de-obra em 1999 foram de 1,9%, 1,7% e 2,2%, respectivamente. São atividades cultivadas com baixo padrão tecnológico e destinadas para a subsistência dos residentes rurais. Desde o final dos anos 80, essas culturas tiveram redução na área cultivada.

As grandes ausências nas estimativas, por falta de coeficientes técnicos, referem-se ao mamão, cultura que o Espírito Santo é grande exportador para os Estados Unidos, à produção de olerícolas na região serrana do Estado e ao reflorestamento. Apenas aparecem as culturas de alho, batata, pimenta e tomate, entre as olerícolas, e abacaxi, banana, coco e laranja, entre as frutíferas.

Como foi salientado, a principal região de expansão da fruticultura no Espírito Santo é o Litoral Norte (municípios de Linhares e São Mateus, principalmente), onde destacam-se grandes empresas que possuem plantações conduzidas com alto padrão tecnológico. Essa atividade está gerando cerca de 30 mil empregos diretos, de acordo com informações da

Seag. Quanto ao reflorestamento, cuja área é de cerca de 200 mil hectares, há grande concentração no Litoral Norte, a partir do município de Aracruz. Pelo fato de estar sendo introduzida a colheita mecânica na atividade e também pela baixa exigência de tratos culturais, essa atividade não é grande empregadora por unidade de área.

Tabela 127
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
Estado do Espírito Santo
1998-99

Pecuária	EHA (1)		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
Total	23.919	24.579	100,0	-	-
Reforma de Pastagem (2)	5.345	5.345	21,7	106	106
Bovinocultura de Corte (3)	2.710	2.802	11,4	1.319	1.364
Bovinocultura de Leite (4)	14.484	14.918	60,7	369.547	380.633
Suínocultura (3)	798	877	3,6	287	316
Avicultura de Corte (3)	119	121	0,5	35.733	36.250
Avicultura de Postura (3)	463	516	2,1	1.786	1.989

Fonte: Fundação Seade.

(1) EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(2) Área em mil hectares.

(3) Rebanho em mil cabeças.

(4) Produção em mil litros.

Na pecuária, o destaque fica com a pecuária de leite, que demandou 60,7% do total de EHA, em 1999. Essa atividade está concentrada na região Sul do Estado (Alegre, Mimoso do Sul, Itapemirim, etc.), onde há algumas cooperativas importantes. Já a pecuária de corte, predominantemente extensiva, está presente tanto no Sul como no extremo Norte do Estado, onde estão localizadas as maiores propriedades rurais (Ecoporanga, Montanha, Pedro Canário, etc.). Esses municípios tem sido palco de alguns conflitos fundiários e desapropriações para efeito de reforma agrária. A bovinocultura de corte e a reforma de pastagem responderam por cerca de um terço da demanda de mão-de-obra na atividade pecuária capixaba.

Na bovinocultura, há um programa, ainda incipiente, para o abate de novilhos precoces, nos mesmos moldes do que já ocorre no Estado do Mato

Grosso do Sul. Outro fato relevante é que, até maio de 2001, o Espírito Santo deve conseguir o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação, o que permitiria a exportação de carne bovina. Juntamente com Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia, o Espírito Santo faz parte do chamado circuito leste de Minas Gerais no programa de combate à febre aftosa.

A suinocultura e a avicultura têm apresentado muita dificuldade de expansão por não conseguirem competir com a região Sul do Brasil. Como o Espírito Santo produz muito pouco milho, há um encarecimento da ração, o que eleva sobremaneira os custos de produção nessas atividades, as quais demandaram apenas 6,2% da demanda de mão-de-obra na pecuária. Com esses limitantes, é bastante fraco o grau de integração com as agroindústrias processadoras. Apesar disso, a suinocultura cresceu no Sul do Estado e avicultura expandiu-se na região serrana, principalmente.

Regionalização da Agropecuária do Espírito Santo

A produção das lavouras no Espírito Santo é realizada de modo diferenciado. Assim, na região Noroeste do Estado, ao lado das culturas de arroz, milho e feijão, predomina a cafeicultura feita com técnicas modernas e a pequena unidade de produção. Registra-se, também, o desenvolvimento da pecuária leiteira, que ganhou expressão entre 1985 e 1995. No extremo norte do Estado concentram-se propriedades com áreas de maior densidade (grandes propriedades) e efetivos de bovinos especializados na atividade de corte.

No Litoral Norte do Espírito Santo predominam os projetos empresariais desenvolvidos em grandes estabelecimentos, muitas vezes especializados em apenas uma cultura. É nessa região que estão os projetos de reflorestamento, e o cultivo de cana-de-açúcar, de seringueiras e mamão para exportação.

Na parte mediana do Estado desenvolve-se uma atividade agrícola de menor expressão, uma vez que é a região mais urbanizada, estando nela localizada a capital, Vitória. A região serrana apresenta, no entanto, uma produção de hortifrutigranjeiros destinados ao abastecimento deste centro urbano, exportando também para outros Estados brasileiros.

A região do Espírito Santo que apresenta uma organização mais tradicional é a Sul. Nela, que foi a primeira a ser ocupada, predominam a pecuária leiteira e a cafeicultura. Além dessas atividades, desenvolve-se, também, a cana-de-açúcar. Apesar da presença de alguns grandes estabelecimentos, a produção das lavouras, em sua maior parte, é obtida a partir de pequenos estabelecimentos, pertencentes a proprietários e a parceiros, em regime de trabalho familiar.

Tabela 128
Valor da Produção Animal e Vegetal
Estado do Espírito Santo
1995

Regiões	Em mil reais	
	Valor da Produção	
	Animal	Vegetal
Região Norte	94.506	444.282
Sub-região Noroeste	54.182	296.557
Sub-região Litoral Norte	40.324	147.725
Região Central	66.480	206.543
Sub-região Central-Serrana	62.674	200.176
Sub-região Metropolitana	3.806	6.367
Região Sul	62.095	208.596
Total	223.081	859.420

Fonte: Fundação IBGE - Censo Agropecuário 1995/96.

Região Norte

Até os anos 50, a ocupação do Estado do Espírito Santo restringiu-se à área ao Sul do rio Doce, devido à barreira representada pela falta de pontes ou meios adequados de transposição do mesmo.

Esse processo só foi rompido com a construção da ponte de Colatina, na década de 40, inicialmente prevista para suportar o transporte ferroviário, mas que serviu para abrir o transporte rodoviário para o Noroeste do Estado. Alguns anos depois, foi construída outra ponte, no município de Linhares, a qual abriu a ocupação do Litoral Norte, por via rodoviária.

A região Norte é caracterizada por solos pouco férteis e secos e por elevadas temperaturas. Existe um grave problema de déficit hídrico, que tem resultado em inúmeros conflitos entre produtores pelo uso da água, com contestações judiciais de barragens irregulares de pequeno e médio portes. A

falta de saneamento básico agrava a situação e torna o problema da água um problema prioritário para a agropecuária da região, pois afeta tanto a produção cafeeira e a pecuária, como a fruticultura, inclusive a de exportação.

A região Norte concentra a maior parte do valor bruto da produção agropecuária do Estado (42,4% no total do valor da produção animal e 51,7% da produção vegetal). A região Norte também concentra a maioria dos 48 assentamentos de trabalhadores sem-terra, que migraram para as periferias das cidades da região, principalmente São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário, atraídos pelas oportunidades de trabalho temporário, principalmente na atividade canvieira. Em função do desemprego, empreenderam a luta pela posse da terra.

Para a região Norte, a integração dos 22 municípios ao norte do rio Doce na área de atuação da Sudene tem como resultado um maior aporte de recursos para financiamento de grandes projetos empresariais para exportação, principalmente voltados à fruticultura – e apoio emergencial aos pequenos agricultores nos períodos de seca. Existe a possibilidade da captação de recursos, por intermédio da Sudene, para projetos prioritários como o saneamento básico e o enfrentamento das limitações hídricas, por exemplo, mas tem havido falta de capacitação das agências para elaboração de projetos nessas áreas.

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) não tem servido como instrumento eficaz de intervenção por problemas como a inadequação das regras à maioria dos possíveis beneficiários (exigência de constituição como Sociedade Anônima para financiamento) e a priorização inadequada, por exemplo, da região Sul e de projetos de ciência e tecnologia vinculados à exportação, que em geral já contam com estruturas privadas de apoio.

A região Norte pode ser dividida em duas sub-regiões, com características bem distintas: a sub-região Noroeste e a sub-região Litoral Norte.

Sub-região Noroeste

A sub-região Noroeste é constituída pela mesorregião censitária Noroeste Espírito-Santense, que abrange as microrregiões censitárias de Barra do São

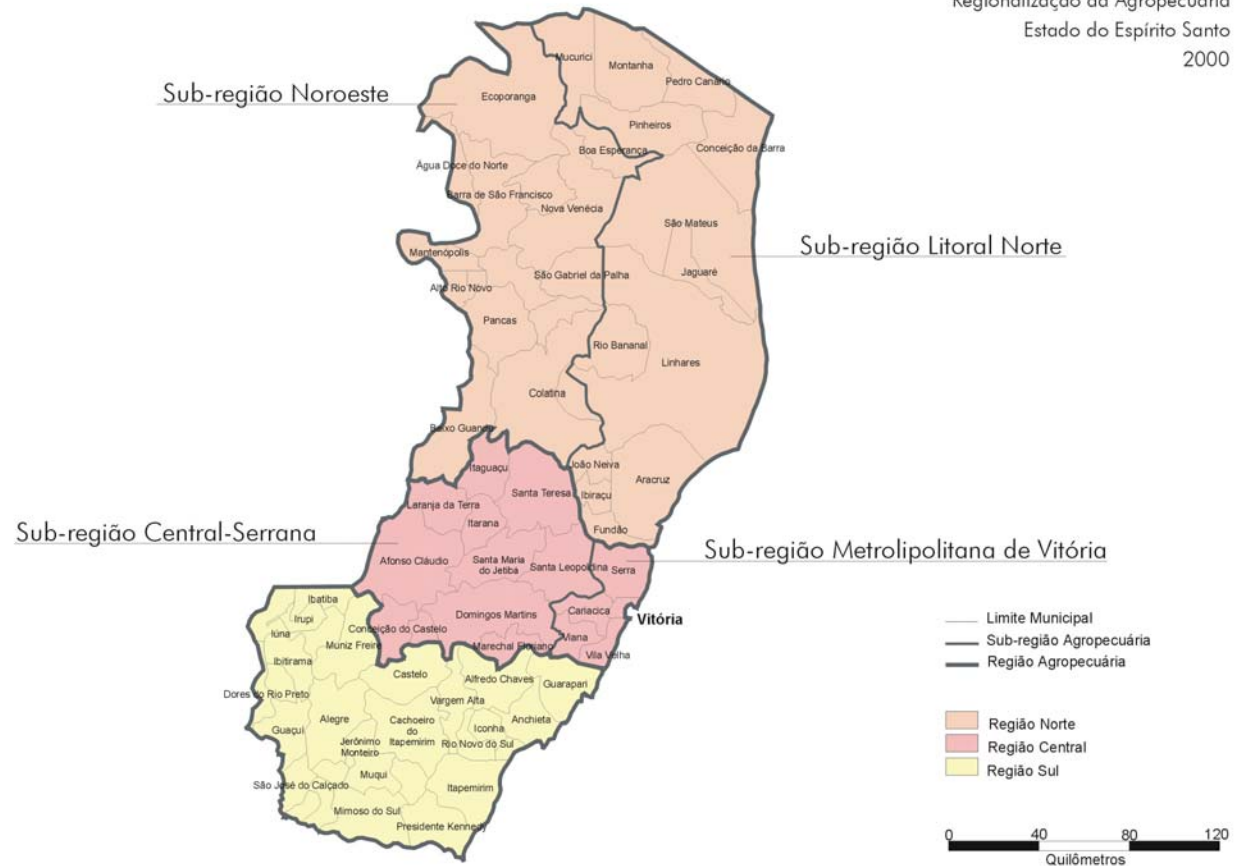
Francisco, Colatina e Nova Venécia. É polarizada pelo município de Colatina, que fica localizado nas margens do rio Doce.

A pecuária leiteira na região viveu um processo recente de concentração dos laticínios, que resultou na compra pela Parmalat do laticínio de Colatina e seu posterior fechamento, acarretando uma grave crise da atividade. Já a pecuária bovina de corte tem uma maior expressão no extremo norte do Estado, nos municípios de Ecoporanga, Mucurici, Pinheiros e Montanha, esses três últimos na sub-região Litoral Norte.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 7

Regionalização da Agropecuária
Estado do Espírito Santo
2000



Fonte: FSeade 2000.

A sub-região Noroeste é caracterizada pela pecuária bovina e pela cafeicultura (*conillon*), mas existem alguns poucos ambientes de temperatura amena onde é plantado o café arábica, nos municípios de Ecoporanga e Alto Rio Novo. A presença de uma estação experimental da Emcaper nas proximidades de Colatina deve contribuir para a melhora no sistema de produção do café *conillon*, com a introdução e a disseminação da variedade robustão, mais resistente às condições de seca.

Sub-região Litoral Norte

A sub-região Litoral Norte é constituída pela mesorregião censitária Litoral Norte Espírito-Santense e abrange as microrregiões de Linhares, Montanha e São Mateus. É caracterizada por solos mais planos, adequados à mecanização agrícola, e por grandes empreendimentos empresariais, destacando-se a fruticultura de exportação, principalmente o mamão, mas também o cultivo do coco-anão, do palmito de pupunha, da cana-de-açúcar, e o reflorestamento, além do cacau no delta do rio Doce e do café em pequenas propriedades, inclusive em alguns assentamentos.

A empresas Caliman e Gaia, do município de Linhares, representam cerca de 80% de todo o mamão exportado no mundo. A empresa Caliman, por exemplo, numa área de 4 mil ha, emprega 530 funcionários diretos e exporta atualmente 700 toneladas por mês (sendo 30% para o mercado interno e o restante dividido entre os mercados europeu e norte-americano). Há quatro anos, fundou a Golden Fruit, agroindústria instalada na região Serrana para produção, esterilização e envase asséptico de polpas de frutas como morango, mamão, maracujá, manga e abacaxi em *bags* de até uma tonelada, vendidos a clientes como Nestlé, Parmalat, Itambé, Vigor e Kibon.

No município de São Mateus, a empresa Coimex desenvolve a produção de palmito orgânico da pupunheira, que é beneficiado e exportado com a marca Ecopalm. A fazenda possui 420 ha de pupunha, sendo 30 ha consorciados com pimenta-do-reino, e tem capacidade para produzir 50 toneladas mensais de palmito.

Região Central

A região Central do Espírito Santo pode ser dividida em duas sub-regiões, dadas as suas peculiaridades: sub-região Central-Serrana e sub-região Metropolitana de Vitória.

Sub-região Central-Serrana

A Sub-região Central-Serrana é constituída pelas microrregiões de Afonso Cláudio e Santa Teresa. Caracteriza-se por altitudes mais elevadas, temperatura fria e amena, elevada umidade e solos pouco férteis. Na região concentram-se as atividades de jardinagem, olericultura e fruticultura (especialmente tomate, pimentão, vagem, cenoura, banana, manga, goiaba, tangerina, caqui, uva, jabuticaba e abacate), além da avicultura. Ultimamente, tem se tornado importante a produção orgânica e o agroturismo, com destaque para pousadas e "pesque-pague".

A produção de hortifrutigranjeiros da sub-região Central-Serrana tem sido absorvida por mercados dos grandes centros urbanos próximos, especialmente Vitória, Rio de Janeiro e Belo Horizonte

Estimulados pela elevada demanda e por contatos comerciais, principalmente no mercado europeu, exportadores de frutas da região Litoral Norte têm iniciado produções de legumes orgânicos em áreas da região serrana. É o caso da produção de gengibre, inhame e cará, pela empresa Gaia (exportadora de mamão papaia), que são exportados para o consumidor da comunidade asiática na Europa. O faturamento da empresa com a exportação do gengibre orgânico já está superando o faturamento com a exportação de mamão.

Está se tornando importante, também, a produção de fitofármacos (alimentos para a produção farmacêutica), principalmente alho e gengibre orgânicos, voltados para a exportação, especialmente em Santa Maria do Jetibá, colônia de origem alemã da região serrana. Existe também uma experiência de associativismo para a produção orgânica através da ONG Aldeia, que no entanto, por problemas de marca com o IBD (Instituto Biodinâmico), certificador da Ifoam e que foi trazido

para a região pela Igreja Luterana, teve de alterar o nome da marca, de Biodinâmica para Bomfruto.

No turismo rural, destacam-se os municípios de Santa Teresa, Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins. Este último tem no distrito de Pedra Azul uma excelente infra-estrutura hoteleira. Os municípios situados nas proximidades da Serra do Caparaó também têm se desenvolvido atividades ligadas ao ecoturismo. Essas atividades são potencializadas pela BR 262, que liga Vitória ao interior do Estado e a Belo Horizonte, caminho natural dos turistas mineiros que dirigem-se às praias do litoral capixaba, as quais já enfrentam problemas de superlotação em épocas de temporada.

Um problema importante da região é o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente em culturas como o tomate, bem como a ausência de um programa de controle da contaminação dos trabalhadores rurais e cursos d'água, assim como de sistema de coleta e destinação final das embalagens de agrotóxicos, o que pode comprometer o desenvolvimento da produção orgânica e do turismo rural na região.

Sub-região Metropolitana de Vitória

A sub-região Metropolitana de Vitória é constituída pela microrregião de Vitória. Ela participa com apenas 1,7% do total do valor da produção animal do Estado e 0,7% da produção vegetal, merecendo destaque apenas a produção de banana. Caracteriza-se também por uma ocupação do espaço rural por atividades não-agrícolas, de moradia, lazer, e de caráter urbano, como indústrias e oficinas. O principal destaque é o turismo no litoral (Vitória, Vila Velha, entre outras cidades).

Região Sul

A região Sul é constituída pela mesorregião Sul Espírito-Santense, que abrange as microrregiões de Alegre, Cachoeiro do Itapemirim e Itapemirim, acrescida da microrregião de Guarapari.

Sendo a região de ocupação mais antiga, é caracterizada por temperaturas elevadas, solos pouco férteis e secos. Destacam-se a pecuária leiteira e a

cafeicultura, principalmente de café arábica, nas áreas mais elevadas e de temperatura amena. É também a área de maior desenvolvimento da suinocultura no Estado. Na fruticultura, destacam-se a produção de banana, abacaxi, abacate, além do coco no Litoral Sul do Estado.

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa (EAFST) está localizada no extremo norte da sub-região Central-Serrana, no distrito de Barracão, município de Santa Teresa. Está na zona intermediária entre as terras altas da região serrana e as terras baixas da Baixada Santa Teresense, ao longo do vale do rio Santa Maria do Rio Doce, na direção do município de São Roque do Canaã.

A região da EAFST é a sub-região Central-Serrana, já caracterizada na regionalização da agropecuária do Espírito Santo. No entanto, cabe ressaltar algumas especificidades do entorno da área da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa.

A relação com a sede do município de Santa Teresa é pouco intensa, havendo muitos professores ou funcionários que residem na área da escola, ou nos distritos próximos. A região da Escola, além das características já descritas para a sub-região Central-Serrana, também é caracterizada por áreas de café arábica e pela existência de muitos pequenos alambiques de aguardente artesanal. Na sede municipal mais próxima da Escola, São Roque do Canaã, concentram-se fábricas de cerâmica e serrarias para a produção de caixas para transporte de hortaliças.

O município de Santa Teresa, além de sede da colônia italiana mais antiga do Brasil, vinda da região de Trento, na Itália, abriga o Museu Mello Leitão, museu e reserva ecológica construído pelo ecologista Augusto Ruschi, que a partir do seu trabalho com colibrís, constitui hoje símbolo estadual do Espírito Santo. No entanto, o movimento turístico em Santa Teresa tem declinado, na medida do crescimento de outros centros turísticos próximos e que receberam mais investimentos, como Pedro Azul e Domingos Martins, por exemplo.

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa foi criada pelo Decreto-Lei nº 12.147 de 06/09/1940 e inaugurada em 1941. Possui uma área de 629,83 ha,

onde estão distribuídas áreas de produção e agroindústrias com objetivos didáticos e econômicos.

Além da estrutura do sistema escola-fazenda, a EAFST dispõe de sala de topografia, laboratórios de física, química, biologia, solos e matemática, biblioteca para pesquisas e dois auditórios, sendo um equipado para atividades didático-pedagógicas, com capacidade para 120 pessoas. A EAFST tem concessão de uma rádio AM que está em implantação. A Escola também oferece alojamentos, alimentação e lavanderia para os alunos internos e semi-externos.

O corpo docente da EAFST é constituído de 38 professores, vários com Mestrado e Doutorado ou em processo de titulação. A Escola conta com 110 funcionários e tem um orçamento anual de cerca de R\$ 1.080.000,00, sendo apenas R\$ 60.000,00 obtidos de receita própria.

Os cursos oferecidos e o correspondente número de alunos matriculados são os seguintes:

a) na modalidade concomitante com o ensino médio:

- Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária: médio (383 alunos), profissionalizante (382 alunos) e profissionalizante especial – 2 anos (15 alunos);
- Técnico Agrícola com habilitação em Agroindústria: médio (57 alunos), profissionalizante (58 alunos) e profissionalizante especial – 2 anos (8 alunos).

b) na modalidade pós-médio (profissionalizante):

- Técnico em Meio Ambiente (50 alunos);
- Técnico em Turismo (63 alunos).

c) na modalidade pós-técnico:

- pós-técnico em Zootecnia (44 alunos);
- pós-técnico em Olericultura e Jardinagem (18 alunos).

A procedência dos alunos é majoritariamente do meio urbano (mais de 70%). A Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa tem desenvolvido parcerias com as

empresas Aracruz Celulose, Petrobrás e Casa do Adubo, visando a visitas técnicas e estágios. Está implantando programas de comunicação e relação com a comunidade objetivando a prestação de serviços técnicos, como vacinação de animais e análise de solos em parceria com a Emcaper e as prefeituras municipais.

A EAFST tem passado por um processo de revisão de seu projeto pedagógico, no qual foi realizada uma ampla pesquisa procurando identificar a percepção dos alunos e docentes sobre os problemas e as alternativas da Escola.

Entre os problemas apontados aparece a necessidade de um nivelamento decorrente do baixo nível do ensino fundamental dos alunos ingressantes, derivado da diversidade regional que a Escola atende, com alunos oriundos de vários Estados, inclusive da região Norte do país, como o Pará. A EAFST está buscando alternativas para evitar que alunos venham de tão longe para estudar lá, podendo orientá-los para outras escolas mais próximas.

Apenas recentemente (maio de 2000) a EAFST iniciou o processo de elaboração do projeto do Proep, iniciado com a discussão do projeto pedagógico e com a elaboração de um planejamento estratégico que a Escola está desenvolvendo. A perspectiva da maioria dos docentes e da direção tem apontado, a médio prazo, no sentido da futura "cefetização" da Escola, que passaria a oferecer cursos tecnológicos de nível superior.

A Escola Agrotécnica Federal de Colatina

A região da Escola Agrotécnica Federal de Colatina (E AFC), apesar da pequena distância em relação à EAF Santa Teresa, refere-se a outra dinâmica agropecuária: a da sub-região Noroeste, descrita na regionalização da agropecuária do Espírito Santo.

De específico, na região de entorno da E AFC aparece, com grande importância, a piscicultura e a aqüicultura, principalmente a produção de camarão da malásia. O Banco do Brasil exigia, para o financiamento de projetos de aqüicultura, que a alimentação hídrica fosse feita por gravidade, o que limitou a atividade às margens do rio Doce. A E AFC constituiu assim num importante centro de apoio à atividade,

pois possui laboratórios específicos e estruturas de produção de larvas e alevinos e localiza-se próxima aos produtores.

A Escola Agrotécnica Federal de Colatina foi criada pelo termo de acordo entre a União e o Estado do Espírito Santo em 15 de novembro de 1945. Localiza-se na margem esquerda (norte) do rio Doce, a 17 km do centro urbano de Colatina, ocupando uma área de 316 ha, distribuídos entre área construída e destinada a projetos agropecuários voltados a objetivos pedagógicos e econômicos.

A Escola conta com salas de aula, laboratórios de biologia, física, química, informática, piscicultura e larvicultura, solos e biblioteca. A Escola garante instalações de residência para alunos matriculados no regime de internato, restaurante, lavanderia, assistência médica e odontológica e área de esporte e lazer.

Os cursos oferecidos e o correspondente número de alunos matriculados são os seguintes:

a) na modalidade concomitante com o ensino médio:

- Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária: internato (280 alunos), semi-internato (138 alunos) e externato (6 alunos);

- Técnico Agrícola com habilitação em Agroindústria: internato (273 alunos), semi-internato (117 alunos) e externato (3 alunos).

b) na modalidade pós-médio:

- Técnico em Produção do Vestuário (40 alunos);

- Técnico em Aqüicultura (40 alunos).

c) na modalidade pós-técnico:

- pós-técnico em Aqüicultura (20 alunos).

A procedência dos alunos é majoritariamente do meio rural (cerca de 70%) da região Norte do Espírito Santo, atendendo também alunos do Sul da Bahia e do Nordeste de Minas Gerais.

A EAFC vem discutindo há muitos anos o processo de reforma da educação profissional no Brasil, adaptando seu projeto às evoluções das legislações e das normas do Ministério da Educação, com a participação, além da direção, de todo o corpo docente. Já se encontra em fase de finalização o projeto executivo do Proep.

Tendo como objetivo os estágios e a prestação de serviços, a EAFC desenvolve inúmeras parcerias com empresas do Estado e de outros estados, tais como Embrapa, Emcaper, Cepta-Pirassununga (Aqüicultura), Casa do Adubo, e empresas de comércio de insumos agropecuários. Os problemas referentes à demanda de mão-de-obra técnica do Estado vinculam-se à cultura empresarial exploratória que apenas concede estágios não-remunerados e à baixa remuneração dos técnicos recém-formados, que não ultrapassa o salário mínimo, causando desestímulo à permanência na profissão. O resultado é que a maioria dos técnicos formados seguem para a universidade ou retornam para a propriedade da família.

Motivada pela pressão da demanda de empresas do município de Colatina, a EAFC iniciou cursos profissionalizantes de nível pós-técnico em produção de vestuário, voltados ao crescimento dos empregos na indústria de confecções, principalmente para a função de administrador de "chão de fábrica". No entender da direção da Escola, apesar de sair do campo agropecuário, essa iniciativa não significa um desvio na missão da Escola, que é oferecer uma formação profissional aos filhos dos produtores rurais, já que uma parte destes busca a EAFC com a firme intenção de capacitar-se para o emprego urbano, devido à incapacidade das propriedades familiares de absorver toda a mão-de-obra da família. Vale ressaltar, também, que isso está coerente com as transformações econômicas da região, que passam a demandar ocupações não-agrícolas da Escola. E, atender a esta demanda regional está totalmente de acordo com as mudanças pretendidas pelo Proep.

Outra experiência em discussão, no mesmo sentido, é a da implantação do curso de Enfermagem, devido à demanda local por esse tipo de profissional

técnico e pelo fato de a EAFC ser a única opção na região para a viabilizar a formação de enfermeiros. No entanto, a Direção da EAFC avalia serem grandes os obstáculos quanto à contratação de docentes habilitados para tornar viável essa proposta.